Carta do Encontro Nacional das Defesas Civis Municipais

Nos dias 6 e 7 de novembro de 2025, quase 400 gestores municipais se reuniram na sede da Confederação Nacional de Municípios (CNM), em Brasília/DF, para fortalecer a capacidade dos Municípios em todas as fases da gestão de riscos e desastres. O evento contou com a presença de prefeitos, coordenadores e agentes de defesa civil, além de representantes do governo federal e especialistas, que juntos discutiram estratégias para aprimorar a proteção e defesa civil e a resiliência local.

Com pautas estruturantes, os participantes debateram temas como captação de recursos, prevenção, resposta, gestão climática e desafios das estruturas das defesas civis para alcançar resiliência municipal. Durante o evento, foi evidenciado como as especificidades territoriais e socioeconômicas influenciam na capacidade de realizar ações de gestão de riscos e de desastres. Porém a Lei 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, tratou todos os Municípios da mesma forma, atribuindo 18 obrigações tanto para grandes metrópoles como para Municípios com menos de 10 mil habitantes.

A situação crítica da insuficiência de apoio federal vivenciado pelos gestores locais foi consenso entre os participantes, os quais alertaram para a ausência até de itens básicos, como envio de coletes para identificação das equipes municipais. Os recursos financeiros para prevenção são quase inexistentes e esse desafio foi destaque em diversos debates nos dois dias do Encontro Nacional das Defesas Civis Municipais. Gestores de todas as regiões clamaram para a urgente necessidade de o Brasil envidar esforços na prevenção, e evidenciaram que um dos caminhos é alterar a forma de atuação do governo federal, o qual prioriza recursos apenas para a resposta e a reconstrução de cenários afetados por meio de crédito extraordinário via medidas provisórias.

Municípios requerem programas estruturados com transferência de recursos financeiros para fortalecer a resiliência, especialmente no contexto das mudanças climáticas e do agravamento de eventos extremos. Para isso, requerem também investimentos em capacitações que atendam à demanda dos gestores, priorizando formação presencial ou com EAD síncrono, permitindo o

debate e uma qualificação efetiva. Ademais, no contexto de capacitação, os participantes destacaram a necessidade de tecnologias para serem empregadas na construção de planos de contingência e avaliações de áreas de risco de forma mais acessível e democrática, reduzindo os altos custos atuais.

A complexidade de atuação na prevenção teve como resultado a solicitação de padronização dos métodos e das modelagens de avaliação de risco ou melhor definição de quais procedimento devem ser adotados pelas defesas civis, conforme a realidade de seus territórios.

Durante os debates, os participantes reforçaram a necessidade de modernização e melhoria imediata do engessado, limitado e obsoleto Sistema Integrado de Informações Sobre Desastres (S2ID), que é coordenado pelo governo federal. O ideal seria a criação de um novo sistema intuitivo e de fácil manuseio que permita ao mesmo tempo gerar um banco de dados robusto de informações unificadas das defesas civis municipais com transparência e controle social.

Os participantes elogiaram a criação do Consórcio Nacional para Gestão Climática e Prevenção de Desastres (Conclima), pela CNM. Ressaltaram a necessidade de ações que incentivem prefeitos e prefeitas a aderirem ao consórcio, visando criar uma estrutura capaz de fornecer assessoramento na elaboração de projetos, estudos e planos de trabalho, bem como na captação de recursos e outras ações de grande urgência pelos Municípios.

Por fim, os participantes destacaram a necessidade de fortalecimento da autonomia municipal, a qual não existirá plenamente sem recursos financeiros. Para isso, manifestam a necessidade de aprovação da emenda constitucional apresentada pela CNM: PEC 31/2024, chamada de PEC do Clima. A aprovação garantirá um novo modelo de enfrentamento das mudanças climáticas, destinando quase R$ 30 bilhões para ações de prevenção e resposta a desastres.

O encerramento do evento evidenciou que o objetivo maior das defesas civis municipais é salvar vidas, mas que o Brasil não pode mais “enxugar gelo” e deve envidar esforços federativos para o fortalecimento das ações de prevenção. Defende-se, assim, que o país só será resiliente quando todos os Municípios se tornarem resilientes, com atuação forte e autonomia municipal.